

A CENTELHA

JORNAL DO SOCIALISMO REVOLUCIONÁRIO

SALÁRIO MÍNIMO 900€ | CONTRATAÇÃO COLECTIVA | 35H PARA TODOS

NÃO ESPERES PELO PS

LUTA!



ROSA: SECTOR DE MULHERES DO SR

P2

A LUTA DOS ENFERMEIROS

P4

OS ROHINGYA E O PROCESSO DE ACUMULAÇÃO CAPITALISTA

P5

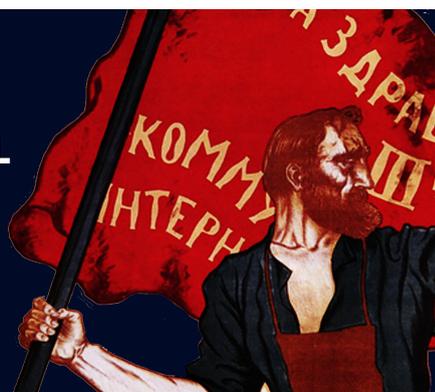
IRLANDA: O DIREITO AO ABORTO

P11

**DE OUTUBRO À
FORMAÇÃO DA
INTERNACIONAL
COMUNISTA**

A INTERNACIONALIZAÇÃO
DA REVOLUÇÃO RUSSA

P6



O QUE DEFENDEMOS

Os interesses da classe trabalhadora!

O monopólio estatal do comércio externo e a nacionalização, sob controlo democrático de organizações de trabalhadores, de toda a banca e sectores chave da economia, assim como das cem maiores empresas nacionais.

A suspensão imediata do pagamento da dívida pública, apenas com a compensação de pequenos investidores e com base em necessidade comprovada.

O aumento do Salário Mínimo Nacional para 900€ como um passo rumo a um salário digno.

Subsídios de desemprego, pensões e reformas ao nível do SMN.

Acabar com todas as formas de trabalho precário. Fim dos recibos verdes e contratação colectiva em todos os locais de trabalho com 10 ou mais trabalhadores.

Um plano nacional de pleno emprego que vise distribuir equitativamente o trabalho por toda a população capaz de trabalhar, reduzindo a jornada laboral sem perdas salariais.

Um plano nacional de habitação que exproprie toda a propriedade abandonada e vise distribuir equitativamente as habitações por toda a população, com rendas que sirvam apenas para a manutenção das infra-estruturas e estejam sob o controlo democrático de comissões de moradores.

Nenhum corte nos serviços sociais! Orçamentos adequados às necessidades da população suportados pelo aumento dos impostos sobre o grande capital.

O acesso à educação, à cultura, à saúde, e ao desporto como direitos básicos, portanto totalmente gratuitos.

A nacionalização de todas as empresas de saúde, de todas as instituições de ensino e de toda a rede de transportes públicos sob controlo democrático de organizações de trabalhadores e utentes.

Por uma educação que privilegie um modelo de avaliação contínua e que garanta o acompanhamento adaptado às necessidades dos estudantes e a dignidade dos trabalhadores do ensino.

Criação de uma rede pública, de qualidade e gratuita de creches, jardins de infância, cantinas e lavandarias.

O funcionamento democrático dos sindicatos, com eleição regular de todos os dirigentes sindicais, mandatos revogáveis e remuneração dos sindicalistas a tempo-inteiro equivalente

ao salário médio dos trabalhadores representados.

Uma economia ecológica!

A nacionalização, sob gestão democrática dos trabalhadores, de toda a produção de energia.

A substituição dos postos de trabalho nas empresas poluentes por postos de trabalho ecológicos.

O investimento público para uma transição de combustíveis fósseis para energias renováveis no menor espaço de tempo possível.

O combate a todas as formas de opressão!

Atribuição da nacionalidade portuguesa a todos os imigrantes! Os mesmos direitos sociais e políticos para todos os trabalhadores.

O fim da desigualdade salarial entre os géneros. Salário igual por trabalho igual!

Educação sexual não discriminatória nas escolas a partir do ensino primário.

A integração nos programas escolares do estudo da luta contra o racismo, a xenofobia, o machismo, a LGTBfobia, a discriminação de pessoas com deficiência e todas as restantes formas de opressão.

A completa legalização do aborto como um serviço de saúde igual a qualquer outro e o acesso gratuito a todos os métodos de contraceção disponíveis.

Doze semanas de licença parental paga para a mãe, para o pai ou para o casal.

Um fim da superlotação das prisões com a libertação imediata de todos os prisioneiros condenados por crimes não-violentos.

O acesso à educação, à cultura, à saúde, e ao desporto como um direito básico também para os prisioneiros. Direitos sociais e políticos completos para ex-prisioneiros.

O socialismo e o internacionalismo!

O planeamento democrático da economia, através da organização de conselhos de trabalhadores, para responder às necessidades de toda a população e proteger o ambiente.

A solidariedade com as lutas dos trabalhadores e povos oprimidos de todo o mundo. Um ataque contra um de nós é um ataque contra todos nós!

Que no lugar da União Europeia do capital seja construída a união dos países da Europa e do mundo numa confederação socialista que garanta o direito à autodeterminação de todas as nações.



Evento da ROSA «A Luta pela Escolha: 10 Anos da Legalização do Aborto em Portugal» na Biblioteca de São Lázaro, 23 de Novembro 2017. Foto: Socialismo Revolucionário

ROSA: SECTOR DE MULHERES DO SR

No último dia 23 de Novembro, o Socialismo Revolucionário anunciou publicamente a fundação do seu sector de mulheres, ROSA — Resistência contra a Opressão, Sexismo e Austeridade. Organizámos uma sessão pública sobre a luta pela escolha no contexto da comemoração dos 10 anos da legalização do aborto em Portugal, estendendo o convite à participação da Assembleia Feminista, assim como à Plataforma Femafro, que não pôde comparecer.

Neste debate, além de analisar os factores que levaram à conquista do direito ao aborto em Portugal, tivemos oportunidade de discutir a situação das mulheres e da sua luta no mundo — incluindo as recentes mobilizações contra a criminalização do aborto em Angola, no Brasil, na Polónia ou na Irlanda; os protestos contra a violência machista e feminicídios na América Latina; e as marchas de mulheres contra Trump e o sexismo, que se deram em todo o mundo. Por fim, discutimos as tarefas que se impõem hoje para conquistar uma vida liberta de opressão e exploração.

Num período de recuo dos direitos das mulheres a nível mundial — ligado à degradação dos serviços públicos e à generalização da precariedade —, as forças de esquerda e sindicais têm uma responsabilidade reforçada em intervir nas demonstrações contra a vio-

lência machista, e no sentido de organizar as mulheres em torno de um programa anti-capitalista, contra a exploração e a divisão da classe trabalhadora segundo género, orientação sexual, raça ou nacionalidade.

A ROSA é uma ferramenta de organização das militantes e simpatizantes do Socialismo Revolucionário que, contrariando o impacto da dupla opressão das mulheres trabalhadoras sobre a participação e formação política, pretende contribuir para a construção de um movimento amplo e organizado na rua, nos espaços de ensino e de trabalho, pelo fim da opressão.

O Comité por uma Internacional dos Trabalhadores, através das suas secções em países e regiões como a Irlanda, Bélgica, Inglaterra, Estado Espanhol, México, Malásia ou Hong Kong tem desenvolvido importantes acções contra a opressão, o sexismo e a austeridade, envolvendo as mulheres trabalhadoras na luta pela construção de uma alternativa socialista que alcance a sua emancipação na família, no trabalho e em todas as dimensões da sua vida.

As militantes do Socialismo Revolucionário lançam um apelo a todas as mulheres que lutam:

Junta-te a nós na Resistência contra a Opressão, o Sexismo e a Austeridade!



socialismohoje.wordpress.com

socialismo.revolucionario.cit@gmail.com

[/socialismorevolucionariocit](https://www.facebook.com/socialismorevolucionariocit)

OE 2018: O PREÇO DA DESMOBILIZAÇÃO

O Orçamento do Estado para 2018 (OE 2018) é o plano do PS para manter o equilíbrio no trapézio da luta de classes. Se funcionar, não é apenas por mérito do PS, mas também por responsabilidade da esquerda que garante a paz social enquanto o plano se cumpre.

Cortes, privatização e precariedade

Um orçamento de Estado não se analisa medida a medida, deve ser avaliado não só como um corpo completo de medidas, senão ainda como um corpo de medidas que reflecte uma dada conjuntura da luta de classes.

As dinâmicas dominantes continuam a ser a degradação e privatização dos serviços públicos, e a precariedade no trabalho.

Depois de um corte histórico no investimento público em 2016 (29%), o aumento de 49,2% prometido em 2017 ficou pelos 17,9% (menos de metade!), e em 2018 mantém-se a trajectória. O investimento público continua abaixo do último ano do governo PSD-CDS. É o mais baixo da Europa! Na Saúde, enquanto se aumenta o orçamento para

“OS 580€ SÃO UM SALÁRIO DE POBREZA.”

as PPPs, corta-se no Sistema Nacional de Saúde (SNS). Na Educação continuam os cortes no Básico e Secundário. No Superior há um aumento marginal, mas acompanhado por privatizações em “Regime Fundacional”. Nos transportes, é igual: corta-se o financiamento das redes públicas e engorda-se as PPPs.

Há falta de trabalhadores em todo o sector público e as próprias estruturas físicas — os edifícios dos hospitais e

das escolas, os autocarros e as carruagens — têm simplesmente apodrecido.

O rendimento mínimo para uma única pessoa viver com dignidade em Portugal é cerca de 800€, de acordo com um estudo que juntou a Universidade de Lisboa e a Universidade Católica. Já segundo a CGTP, o Salário Mínimo Nacional (SMN) devia estar acima dos 900€, se tivesse acompanhado a inflação e a produtividade desde 1974. Os 580€ são, portanto, um salário de pobreza. Pior ainda, o número de trabalhadores a receber o SMN continua a aumentar — são mais de 700 mil — e 80% do emprego criado desde 2013 é precário.

As concessões ao sector público, tal como o congelamento das carreiras dos professores, são medidas a celebrar como produto da luta dos trabalhadores. Já as mentiras da comunicação social burguesa, que nos quer fazer ver um governo de esquerda onde está um governo neoliberal, assim como o eco que lhes fazem as direcções do BE e do PCP, exigem uma firme denúncia.

A contraditória posição dos líderes reformistas

A forma como BE e PCP — e, por extensão, CGTP — actuam é antes de tudo o reflexo da sua posição política de colaboração de classes, da sua recusa em olhar para lá dos estreitos limites do capitalismo.

A contradição em que se encontram é esta: sem agitar a classe trabalhadora fora das instituições do Estado, não podem evitar que o PS recolha todos os louros por cada medida progressista, e assim mimam as suas posições nessas mesmas instituições; mas agitando a classe trabalhadora na conjuntura actual, invocam uma tempestade social que não só arruina a relação com o PS como, pior ainda, coloca em risco o controlo burocrático sobre os aparelhos partidários e os sindicatos. É por isto que, num espectáculo patético, es-

tas figuras se inclinam sobre a mão de Costa tentando mordê-la enquanto a beijam.

Não é de admirar que as manchetes dos jornais com citações absurdas de dirigentes da esquerda se multipliquem diariamente. Mariana Mortáguia acusa o PS de “não honrar a palavra dada” ao recuar no aumento da tributação da EDP, mas esquece-se de dizer que o PS não fez mais do que conti-

negociações à porta-fechada não alcança mais do que a ilusão de recuperação. Quem está a recuperar é o capital. Para nós, é uma luta chegar ao fim do mês, com a precariedade e o colapso cada vez mais avançado do Estado Social.

Há apenas uma solução: a luta organizada. A ilusão de que o governo PS é um governo de esquerda já se teria esfumado na presença de um

“A ILUSÃO DE QUE O GOVERNO PS É UM GOVERNO DE ESQUERDA JÁ SE TERIA ESFUMADO NA PRESENÇA DE UM MOVIMENTO MASSIVO DE COMBATE À PRECARIÉDADE.”

nuar a honrar a palavra dada à classe dominante, tal como faz há mais de 40 anos. Noutro jornal, Catarina Martins espera que o “novo PS” não seja o “velho PS”, confundindo os trabalhadores com a imagem de um PS mitológico. Num terceiro jornal, temos Jerónimo de Sousa a tentar convencer-nos que o orçamento tem “a marca do PCP”, procurando desesperadamente recuperar o apoio entre as camadas que tão severamente puniram o seu partido nas autárquicas.

A verdade é que um partido burguês não pode existir pela “palavra dada”, mas somente respondendo a interesses de classe, e o conselho de administração da EDP é infinitamente mais forte do que toda a honradez da camarada Mortáguia. A verdade é que o PS de Costa não é “novo”, é o mesmo que aplicou os “Planos de Estabilidade e Crescimento” com Sócrates. A verdade é que as marcas positivas que leva este orçamento são todas e cada uma delas marcas da luta que é feita apesar das actuais direcções da esquerda.

Uma vez mais: a luta é o único caminho

Todo o esforço colocado na aritmética parlamentar e nas

movimento massivo de combate à precariedade, de conquista de um SMN digno, de reconstrução dos serviços públicos, etc.

O PS não tem maioria, e cabe à nossa classe recordá-lo desse facto. Temos de arrancar das mãos do PS cada vez mais cedências aos trabalhadores e pobres. Cada vitória na nossa luta aproxima-nos de um futuro governo dos trabalhadores, livre de acordos com o PS e 100% anti-austeridade. Uma frente unida de toda a esquerda — partidos, sindicatos e movimentos sociais —, armada com um programa político independente, seria capaz de encher a classe trabalhadora de confiança em si mesma.

São unicamente os esforços da classe trabalhadora que determinam a situação da classe trabalhadora. Esta é a grande lição dos últimos dois anos de governo PS, e ser-nos-á repetida neste novo ano. Porque o que agora temos não é o melhor possível, é o melhor que o capitalismo tem para a nossa classe. Um mundo novo, assente sobre a solidariedade e não sobre o lucro, isso sim, é o melhor possível. Há que conquistá-lo!



Enfermeiros em greve, Setembro 2017. Foto: LUSA

A LUTA DOS ENFERMEIROS

Mariana Mourinho & Ângela Sankara

O Serviço Nacional de Saúde

A conquista do Serviço Nacional de Saúde (SNS), implementado em 1979, possibilitou à classe trabalhadora o acesso gratuito a cuidados médicos que antes do período revolucionário lhe eram vedados.

Entre 2010 e 2015, anos do Governo PSD/CDS, os ataques que tinham vindo a ser desferidos contra o SNS foram agravados. A austeridade aplicada pelo governo de direita não deixou de lado o SNS e não teve em conta a importância que tinha para a saúde dos trabalhadores em Portugal. O seu financiamento foi reduzido para cerca de metade. Todos estes cortes aplicados ao sistema de saúde actuam sobre os utentes mas também sobre os trabalhadores da saúde. Os enfermeiros têm assistido à precarização da sua profissão, com o congelamento de salários e carreiras e a obrigatoriedade de desempenharem funções em ambientes que não estão preparados para receber utentes.

Negociações com o governo e a divisão entre Sindicatos

Reivindicando o descongelamento das carreiras, a reposição do valor integral das “Horas de Qualidade”, as 35 horas semanais para os contratos individuais de trabalho e a diferenciação económica para Enfermeiros Especialistas, a

Comissão Negociadora Sindical dos Enfermeiros (CNSE), composta pelo Sindicato dos Enfermeiros Portugueses (SEP) e pelo Sindicato dos Enfermeiros da Região Autónoma da Madeira (SERAM), entrou em negociação com o governo português em Março de 2017. O rumo que as negociações tomaram não estava de acordo com o que a CNSE defendia e por esse motivo especialistas de saúde materna e de obstetrícia convocaram e realizaram uma greve de zelo — o que implica a realização de cuidados gerais mas não dos cuidados especializados — entre 31 de Julho e 4 de Agosto.

Continuando a onda de greve, o Sindicato dos Enfermeiros (SE) e o Sindicato Independente Profissionais de Enfermagem (SIPE) convocaram greve de 11 a 15 de Setembro com as seguintes reivindicações: as 35 horas de trabalho para todos os enfermeiros e enfermeiras, o aumento salarial — todos os licenciados que desempenham funções na área da saúde recebem pelo menos 1600 euros, excepto os enfermeiros, que apenas recebem 1200 —, a progressão na carreira com a certificação de especialidade e divisão de responsabilidades entre os trabalhadores e o pagamento das “Horas de Qualidade” — as horas nocturnas, de fins-de-semana e feriados — a 100% e não apenas a 50%, como acontece desde os cortes aplicados pelo governo PSD/CDS. A paralisação teve

cerca de 85% de adesão, o que levou ao adiamento de seis mil operações. A greve culminou com a manifestação de 15 de Setembro em que cerca de 5000 enfermeiros estiveram nas ruas a reivindicar os seus direitos. Continuando na óptica da negociação com o Estado, o SEP distanciou-se da greve, o que levou muitos enfermeiros a afirmarem que o Sindicato não representa os seus interesses.

O sectarismo entre os sindicatos permitiu que a Bastonária da Ordem dos Enfermeiros, Ana Rita Cavaco — militante do PSD — se tornasse uma figura central das contestações feitas pelos trabalhadores. Este cenário resulta, mais uma vez, da incapacidade das direcções do BE, do PCP e dos sindicatos da CGTP de apresentar uma alternativa de luta capaz de mobilizar os trabalhadores, o que permite que a direita instrumentalize e dirija a luta dos trabalhadores rumo à derrota.

O comunicado divulgado pelo Ministério da Saúde, a 16 de Outubro, declara que o acordo formalizado com as estruturas sindicais (SEP, SERAM, SIPE, SE) trará melhorias para os enfermeiros, mas a sua aplicação será faseada. Num primeiro momento será feito uma revisão parcelar e transitória dos contratos individuais em contratos coletivos. A segunda fase terá início em Janeiro de 2018 e consistirá num “processo de revisão da carreira de enfermagem, que culminará com a sua reestruturação consensualizada até ao fim do primeiro semestre”.

Se tudo for cumprido, os enfermeiros que tenham contrato individual de trabalho passarão ao regime de 35 horas semanais. Além disto, haverá reposição do pagamento das horas de qualidade por inteiro e a criação de um suplemento de funções no valor de 150 euros mensais para enfermeiros especialistas.

A organização política para a construção de um SNS ao serviço dos trabalhadores

Apesar da dissociação do SEP da greve muitos enfermeiros levaram para a rua as suas reivindicações, quer fossem ou não afectos a um sindicato ou organização política. Estes trabalhadores organizaram-se sabendo que as negociações com o Estado burguês nunca chegariam a ir de encontro aos seus interesses. A construção de um programa que corresponda às necessidades dos trabalhadores só será possível com a sua organização política, o que por sua vez aumentará a sua consciência de classe.

Para o fortalecimento da organização dos trabalhadores da saúde seria necessário e importante que todos — médicos, enfermeiros, auxiliares de diagnóstico, auxiliares médicas e até funcionárias de limpeza e seguranças — se unissem numa luta conjunta. Além de ser esta a única forma de obrigar o Estado a fazer reformas no SNS, é também a partir desta posição de união e solidariedade que se pode passar à ofensiva e lutar por um controlo verdadeiramente democrático de todo o SNS.

OS ROHINGYA E O PROCESSO DE ACUMULAÇÃO CAPITALISTA

Helena Moutinho

Os rohingya são um grupo nacional sem Estado, na sua maioria muçulmanos, que se estabeleceu há séculos em Myanmar, um país de maioria budista. Mais de um terço vive no estado de Rakhine, que sempre foi extremamente marginalizado: é o menos desenvolvido dos 14 estados e regiões de Myanmar, mas com vastas extensões de terra e recursos naturais. Tem uma enorme taxa de desemprego e o Banco Mundial estima que 78% da sua população vive abaixo do limiar da pobreza.

Apesar de sempre ter havido conflitos entre a maioria budista e a minoria muçulmana; entre os anos 90 e 2012, não houve uma perseguição em grande escala. Depois de 2012 o conflito entre os rohingya e a maioria budista agravou-se, levando a uma fuga em massa dos rohingya para outros países. Até aos últimos meses, a violência já tinha resultado em aproximadamente 200 mortes e mais de 140.000 refugiados. Estão ainda mais de 120.000 rohingya em campos de concentração em Myanmar, segundo a Fortify Rights — uma ONG do sudeste asiático.

Mas nos últimos meses a violência escalou de uma forma brutal: tropas governamen-

tais incendiaram aldeias, violaram mulheres e assassinaram indiscriminadamente adultos, idosos e crianças. Mais de 1.000 rohingya foram mortos e mais de 600.000 já fugiram de Myanmar. Uma grande parte dos refugiados fugiu para o Bangladesh e Malásia, onde são apanhados em redes de escravatura e trabalho ilegal. Mas chegar até ao Bangladesh não é fácil: desde a guerra com o Exército de Libertação Kachin (os Kachin são outro grupo nacional oprimido, no norte de Myanmar) estão espalhadas minas pela fronteira e há alegações de que o exército do Myanmar enterrou mais recentemente, nas rotas de fuga dos rohingya.

A base económica do genocídio

Nunca são apenas fatores étnicos ou religiosos que motivam genocídios. A religião e o racismo são tão somente a forma que tomam estes massacres, o seu conteúdo é sempre económico.

Os rohingya são na sua esmagadora maioria pequenos proprietários rurais e comerciantes pobres. Estão, por isso, em competição com os restantes pequenos comerciantes. Esta é, muito sucintamente, a base do ódio actual, e parte da explicação para este genocídio.

Mais determinante ainda é o

facto de Myanmar se encontrar numa posição estratégica. Não só é o maior país do sudeste asiático como também se encontra entre os dois países mais populosos do mundo, a China e a Índia.

O exército no Myanmar tem vindo a confiscar terra de pequenos proprietários para a entregar a grandes multinacionais ao longo de décadas, sem compensação. Em 2012, o país abriu as portas ao investimento estrangeiro e entre 2010 e 2013 a compra de terra por parte de multinacionais aumentou em 170%. Em 2016, só em Rakhine, foram dados a privados 3 milhões de acres. A maioria deste investimento estrangeiro foi aplicado nos sectores extrativo e energético. Estes sectores exigem trabalhadores especializados, logo, não geram emprego em grande escala.

A China tem ambições de construir um oleoduto e um gasoduto, envolvendo 65 países, desde o Golfo de Bengal até ao seu território, passando por Rakhine. Isto levaria à destruição de milhões de casas dos rohingya. Como os rohingya não têm um Estado, teriam que inevitavelmente fugir para campos de refugiados.

É para satisfazer o capital imperialista que o Estado de Myanmar instiga o já tão forte ódio contra os rohingya e chega a participar activamente nos massacres.

Expropriação da terra e capitalismo

A expulsão de pessoas das suas terras tem sido uma constante na história do capitalismo como elemento estrutural da acumulação. Se olharmos para um passado mais recente vemos que os mesmos métodos que se aplicam hoje em Myanmar foram aplicados nos países “estruturalmente ajustados” em África, na América Latina e na restante Ásia, nos anos 80. A aquisição de terras locais por governos ou capital imperialista é sempre acompanhada por um discurso de “desenvolvimento económico”, mas o que isto significa é uma proletarianização e um empobrecimento brutal daqueles que

são destituídos das suas terras, ou seja, agricultores que dependem da agricultura de subsistência vêem-se privados do seu meio de subsistência e têm de vender a sua força de trabalho por salários miseráveis. Outro aspecto comum da chegada do “desenvolvimento económico”, tanto no Myanmar como nos países “estruturalmente ajustados” é o aumento rompanete da violência contra as populações que vivem destas terras, com a conivência e até a mediação do Estado, e uma desvalorização ideológica destas pessoas porque são “economicamente atrasadas”. No caso dos rohingya vemos um aumento brutal da militarização do Estado (em que nos próprios contratos de aquisição de terra existem cláusulas que expressam o envolvimento do exército). Esta violência toma formas especialmente perversas e misóginas como a utilização de violações como arma de guerra.

A terra tornou-se uma mercadoria muito desejada no mercado global. Dois factores contribuíram para isso. Primeiro, uma procura crescente de plantações industriais (principalmente palmeiras de óleo para biocombustíveis) e plantações de alimentos (situadas maioritariamente nos estados do Golfo Persa e na China). Segundo, a procura crescente da terra e o aumento dos preços globais dos alimentos levou a investimentos lucrativos e à aquisição de terra apenas para especulação. Investir em propriedades de terra é relativamente seguro devido à materialidade desta mercadoria e ao facto de a terra dar acesso a várias mercadorias.

A concentração de capital fundiário também tem consequências ambientais. Os níveis de toxicidade no solo e na água aumentam, toda a flora e fauna nativas são eliminadas dando lugar à monocultura. Isto leva a que ao fim de alguns anos a terra se torne improdutivo. Em Myanmar, o sector madeireiro já destruiu mais de um terço da floresta!

Quem beneficia deste “desenvolvimento económico” é apenas o capital imperialista.



Refugiados Rohingya fogem de Rakhine, 1 de Setembro 2017. Foto: Reuters



Trabalhadores da fábrica Putilov, Julho de 1920.

DE OUTUBRO À FORMAÇÃO DA INTERNACIONAL COMUNISTA

Miguel Ángel Domingo | *Membro da Comissão Executiva da Izquierda Revolucionária - CIT no Estado Espanhol*

A 25 de Outubro (7 de Novembro), o Segundo Congresso dos Sovietes de toda a Rússia tomava o poder das mãos do Comité Militar Revolucionário. Séculos de opressão, miséria e ignorância sob a bota asfíxiante do czarismo, os latifundiários e a exploração capitalista chegavam ao seu fim. Todavia, o capitalismo quebrara-se pelo seu elo mais fraco.

As massas não tomaram o poder na Grã-Bretanha ou na Alemanha, as economias capitalistas mais desenvolvidas, mas antes no país mais atrasado da Europa, com uma população esmagadoramente camponesa, com um índice de analfabetismo de 70% e totalmente imerso na Primeira Guerra Mundial. A forma como os bolcheviques enfrentaram a construção do socialismo é

uma gigantesca escola de tática revolucionária, e oferece muitas lições à luta de hoje em dia para derrubar o capitalismo.

Coincidindo com o seu centenário, os velhos argumentos dos social-democratas, historiadores pró-capitalistas e meios de comunicação da burguesia voltam à cena: a Revolução de Outubro foi um golpe de Estado sangrento de um partido minoritário e radical desligado do resto da sociedade, que dissolveu a Assembleia Constituinte e combateu os partidos “democráticos”. Mas a verdade é sempre concreta: ninguém moveu um dedo para salvar o governo provisório. A maioria do campesinato, do exército e da classe trabalhadora estava com os bolcheviques, e demonstraram-no apoiando-os massivamente nos órgãos mais democráticos que alguma vez existiram: os soviets de deputados operários, soldados e camponeses.

Os dados corroboram isto,

mas ninguém melhor que os inimigos de Outubro para ratificá-lo. O menchevique Sujanov descreve assim a situação em finais de Setembro: “Os bolcheviques estavam a trabalhar obstinadamente e sem descanso. (...) Para as massas, converteram-se na sua própria gente porque estavam sempre ali, tomando a iniciativa nos pequenos detalhes tal como nos assuntos mais importantes da fábrica ou do quartel. Converteram-se na sua única esperança (...) as massas viviam e respiravam em uníssono com os bolcheviques.” Nas eleições de Setembro para os soviets, os bolcheviques ganharam 51% dos votos. Em Novembro, Martov, dirigente menchevique, reconhecia que “quase a totalidade do proletariado apoiava Lenin.”

Foi isto que permitiu que a insurreição fosse rápida e incruenta. 90% do trabalho já estava feito. As massas estavam com os bolcheviques, “respiravam” com eles. Havi

do conclusões oportunas da experiência dos governos de coligação mencheviques e socialistas-revolucionários com a burguesia, e passaram para o lado da revolução.

Um dos líderes do partido cadete, Nabokov, esclarece-nos sobre a caída do governo provisório: “A facilidade com que Lenin e Trotsky conseguiram fazer derrocar o último governo de coligação de Kerensky demonstrou a impotência interna deste último.” O que Nabokov não esclarece é que essa impotência se estendia à classe e ao regime social que o dito governo representava.

O primeiro Estado operário da História

Desde antes da revolução, os bolcheviques entendiam que sem democracia operária, sem a participação consciente das massas no governo dos seus próprios destinos, a revolução se veria condenada ao fracasso. Em Dezembro de



1917, escreveu Lenin: “Uma das tarefas mais importantes, senão a mais importante, da hora presente, consiste em desenvolver com a maior amplitude essa livre iniciativa dos operários e de todos os trabalhadores e explorados em geral na sua obra criadora de organização. Há-que fazer desaparecer a todo o custo o velho preconceito absurdo, selvagem, infâme e odioso de que só as chamadas ‘classes superiores’, só os ricos ou os que cursaram nas escolas das classes ricas podem administrar o Estado, dirigir a estrutura orgânica da sociedade capitalista.”

No III Congresso dos Sovietes de toda a Rússia (Janeiro de 1918), o governo aprovou a passagem dos poderes da administração czarista aos sovietes locais: “Todo o país tem que manter-se coberto por uma rede de novos sovietes.” Nesse congresso Lenin explicava: “envia-se com muita frequência ao governo delegações de operários e camponeses que perguntam como devem proceder, por exemplo, com estas ou aquelas terras. E eu mesmo já me encontrei em situações embaraçosas ao ver que não tinham um ponto de vista muito definido. E di-

zia-lhes: vocês são o poder, façam o que desejarem fazer, tomem tudo o que vos fizer falta, apoiar-vos-emos.”

Poucos meses depois, no XVII Congresso do partido, declarava que “uma minoria, o partido, não pode implementar o socialismo. Poderão implementá-lo dezenas de milhões

de seres quando aprenderem a fazê-lo eles próprios.” Ideias deste tipo são as que se podem encontrar nos escritos de Lenin e Trotsky. Não somente tinham plena confiança na capacidade da classe trabalhadora para levar a cabo as suas tarefas históricas, estavam também impacientes para que as levasse.

Outubro iluminou o regime mais democrático da história. Inclusivamente os partidos burgueses tiveram liberdade de acção e propaganda durante os primeiros meses. Mas a burguesia russa e seus aliados imperialistas desencadearam uma ofensiva militar para esmagar o Estado operário, conscientes do perigo que representava a Revolução Russa no

plano internacional. Em princípios de 1918, forças navais francesas e britânicas ocuparam Murmansk e Arkhangelsk, e pouco depois marcharam sobre Petrogrado. Em Abril, as tropas japonesas entraram em Vladivostok, enquanto o imperialismo alemão ocupava a Polónia, Lituânia, Letónia e

porária, foram proibidos os partidos que tentaram esmagar violentamente a revolução. Mas esta proibição tampouco foi um golpe dos bolcheviques. Mencheviques e socialistas-revolucionários haviam sido, respectivamente, os partidos maioritários entre os operários e os camponeses, mas

“DESDE ANTES DA REVOLUÇÃO, OS BOLCHEVIQUES ENTENDIAM QUE SEM DEMOCRACIA OPERÁRIA, SEM A PARTICIPAÇÃO CONSCIENTE DAS MASSAS NO GOVERNO DOS SEUS PRÓPRIOS DESTINOS, A REVOLUÇÃO SE VERIA CONDENADA AO FRACASSO.”

Ucrânia em colaboração com os generais brancos Krasnov e Wrangel. Tropas imperialistas de pelo menos catorze países invadiram a Rússia revolucionária.

E no interior, a ameaça contra a revolução não vinha apenas dos restos do czarismo, agrupados nos exércitos brancos, mas igualmente dos partidos reformistas que passaram abertamente para o lado da contra-revolução. Primeiro os mencheviques e socialistas-revolucionários de direita, e, mais tarde, também os socialistas-revolucionários de esquerda, que atentaram contra Lenin em 1918, alçaram de armas contra o poder dos sovietes. Esta foi a razão pela qual, como medida tem-

nenhum foi apoiado pelas massas na guerra civil; já haviam tido oportunidade para demonstrar que interesses defendiam.

Onda revolucionária e internacionalismo

Apesar de tudo, havia uma questão fundamental: a Rússia era um país atrasado. Para o marxismo, o socialismo significa, em primeiro lugar, um sistema social capaz de desenvolver as forças produtivas de forma superior ao capitalismo, baseando-se nas conquistas e avanços deste.

A construção do socialismo num só país é uma utopia reaccionária, e ainda para mais num país agrícola e atrasado como a Rússia de 1917.

Lenin e Trotsky eram completamente conscientes disto, mas a sua atitude não foi a do fatalista que, crendo que “não há condições”, deixa passar a oportunidade revolucionária, nem a do idealista que sempre espera que as condições “estejam maduras em todo o lado”. Aqui se comprova o papel da direcção revolucionária: não deixar passar os acontecimentos, mas intervir para transformá-los.

Lenin e Trotsky acreditavam que, se a revolução não se estendesse a alguns países capitalistas avançados, especialmente a Alemanha, capazes de socorrer a atrasada economia russa, a revolução estaria perdida. O internacionalismo dos bolcheviques não provinha de um sentimentalismo vazio nem de uma solidariedade ideal, era uma questão de vida ou morte. A revolução num país não podia abstrair-se do capitalismo como sistema mundial. As condições para o socialismo não existiam na Rússia, mas sim a nível mundial, especialmente nos países capitalistas avançados da Europa. Os bolcheviques estavam conscientes de que o triunfo revolucionário na Rússia abriria as portas à revolução proletária mundial.

Outubro de 1917 teve um efeito colossal na consciência da classe trabalhadora em todo o mundo. Depois de anos de brutal carnificina imperialista na guerra mundial e traições dos dirigentes reformistas, que apoiaram a guerra desde o princípio, a revolução mostrava que era possível mudar as coisas. Outubro é um ponto de inflexão para o desconcertado movimento operário europeu. Na Alemanha, França, Itália, Império Austro-Húngaro, Inglaterra, as massas olhavam com esperança para a revolução russa. Até no Estado Espanhol, que não participou na guerra, se sentiram os efeitos, com a greve geral revolucionária de 1917 e o chamado triénio bolchevique. Neste contexto, formaram-se correntes revolucionárias de massas nas velhas organizações reformistas. A máxima expressão deste processo foi a Revolução Alemã



1º de Maio de 1918. Na faixa: «Viva a III Internacional!».



Victória do Exército Vermelho, 1918.

de 1918-19.

No momento da insurreição, a Rússia estava ainda em guerra com a Alemanha. A impossibilidade de manter uma guerra revolucionária com este país levou os bolcheviques a negociar separadamente a paz em Brest-Litovsk. Estas negociações foram usadas por Trotsky como plataforma propagandística a nível internacional, com os seus discursos contra a guerra imperialista e por uma paz sem anexações nem indemnizações.

Em Janeiro de 1918 come-

çou na Alemanha um potente movimento grevista, com 400.000 trabalhadores da indústria do armamento que exigiam “uma paz sem anexações nem indemnizações, de acordo com os princípios formulados pelos comissários do povo russo em Brest-Litovsk.” Com o movimento operário e o exército em efervescência, o processo desenvolveu-se até estalar uma insurreição na frota imperial, que deu lugar, a 3 de Novembro, à formação do primeiro soviete da Revolução Alemã, na cidade portuária de

Kiel.

O movimento estendeu-se imediatamente e foram formados sovietes por toda a Alemanha. Os operários confraternizaram com os soldados produziram-se manifestações armadas que demonstraram quem tinha o poder, deixando o governo burguês suspenso no ar. Mas na Alemanha comprovou-se negativamente a importância decisiva da direcção revolucionária, que não pode ser improvisada a meio da revolução.

A 6 de Janeiro de 1919



Soviete de Petrogrado, 1917.

convocou-se uma greve revolucionária e os trabalhadores tomaram Berlim. Mas isto assemelhava-se mais às jornadas de Julho do que a Outubro. Apesar disso, Rosa Luxemburgo e Karl Liebknecht não abandonaram a sua classe e encabeçaram o movimento, o que lhes custou a vida. A revolução foi massacrada pela burguesia e os ministros social-democratas.

A guerra civil e a formação da Internacional Comunista

A derrota da Revolução Alemã foi um duro golpe para todos os revolucionários russos. A guerra civil tinha começado e os bolcheviques enfrentavam os exércitos brancos e a agressão imperialista num país atrasado e com um exército formado a partir dos restos do exército czarista.

Trotsky foi designado responsável por organizar o Exército Vermelho, que em pouco tempo se converteu numa força formidável de cinco milhões de homens. Aqui se produziu um dos feitos mais gigantescos de Outubro: a vitória sobre a contra-revolução interior e ex-

terior. Isto foi possível porque a guerra se desenvolveu como uma guerra revolucionária: não somente militar, mas também política. Os trabalhadores e camponeses russos não lutavam pelos interesses de um governo capitalista ou que lhes era alheio, lutavam e morriam pelas suas conquistas: a terra,

“O INTERNACIONALISMO DOS BOLCHEVIQUES NÃO PROVINHA DE UM SENTIMENTALISMO VAZIO NEM DE UMA SOLIDARIEDADE IDEAL, ERA UMA QUESTÃO DE VIDA OU MORTE.”

as fábricas, ser donos do seu próprio destino.

O internacionalismo dos bolcheviques também jogou um papel decisivo, orientando-se aos soldados “inimigos”. Produziram-se motins e confraternizações não somente nos exércitos brancos, mas igualmente nos exércitos estrangeiros.

Em 1920, os imperialistas tiveram de sair da Rússia pela impossibilidade de lá permanecer. Não só as tropas se negavam cada vez mais a obedecer às ordens, também nos seus próprios países surgiam movimentos contra a intervenção que, em muitos casos,

desembocavam em movimentos revolucionários. A contra-revolução foi derrotada pela solidariedade internacionalista da classe trabalhadora e pela impossibilidade de o capitalismo oferecer o que quer que fosse às zonas da Rússia que chegou a controlar, excepto repressão sangrenta e um re-

gresso ao czarismo.

Ao mesmo tempo que a situação no interior da Rússia se agravava a cada momento, Lenin e Trotsky orientavam todos os seus esforços à revolução internacional. Desde antes de Outubro, para Lenin e outros poucos revolucionários ficou claro o carácter anti-marxista e anti-socialista da Segunda Internacional, pelo seu papel na guerra imperialista e, depois, pela sua actuação como defensora do capitalismo face à revolução, sobretudo na Alemanha.

O triunfo de Outubro estendia-se pelo mundo de uma forma explosiva, inspirando

milhões de jovens e trabalhadores. E deu lugar à maior organização revolucionária da História: a Internacional Comunista. O capitalismo nunca antes estivera tão ameaçado pela classe trabalhadora organizada. A Internacional constituiu-se formalmente em Março de 1919 como o partido mun-

dial da revolução socialista, criando-se fortes partidos comunistas nos países mais importantes. A sua finalidade era a destruição do capitalismo e a construção de repúblicas socialistas soviéticas que de uma forma voluntária decidissem a sua vinculação à URSS. A revolução mundial era a única via para o socialismo e manifestava-se na acção dos bolcheviques a todo o momento. A Revolução Russa demonstrou o seu direito a existir, expressando as aspirações revolucionárias de tudo o que de vivo e progressista existia na Rússia de 1917.

SUÉCIA: LUTA ANTI-RACISTA

Carolina Eufémia

Na Suécia, o grupo nazi Movimento de Resistência Nórdico (MRN) tem realizado demonstrações racistas e antisemitas. O MRN aumentou em número de membros e acompanha o crescimento da extrema-direita no parlamento sueco pelo partido dos Democratas Suecos (DS). Nas eleições de 2014, o DS obteve 12.9% dos votos, tornando-se o 3º maior partido no parlamento. Na agenda de violência do MRN estiveram ataques à bomba a dois campos de refugiados e agressões na rua. Em 2016, foram documentadas 3.064 actividades de cariz nazi na Suécia.

No passado dia 30 de Setembro, data do feriado judaico Yom Kippur, o MRN convocou uma marcha em Gotemburgo, a segunda maior cidade da Suécia, que tinha na rota

inicial a passagem perto da sinagoga. O slogan desta marcha “revolta contra os traidores” é uma referência racista contra o acolhimento de refugiados da guerra e da devastação económica e a favor da sua deportação em massa.

Apesar dos discursos dos liberais e da direita, defendendo a “liberdade de expressão” de nazis e classificando acções de protesto de contraproducentes, cerca de 20.000 manifestantes anti-racistas bloquearam a marcha dos menos de 500 nazis do MRN, impedindo-os de sequer sair do local de concentração.

O Rättvisepartiet Socialisterna (RS - Partido Socialista da Justiça), CIT na Suécia, fez campanha nas escolas, nos sindicatos locais, nas associações de moradores e também



Protesto Anti-fascista na Suécia, 30 de Setembro 2017. Foto: IBL/REX

propaganda nas ruas de forma a mobilizar para os protestos. A presença de estivadores, trabalhadores da Câmara Municipal, activistas de associações de moradores, faixas com “Trabalhadores Ferroviários Contra o Racismo”, “Estudantes Contra o Racismo”, “Músicos Folk Contra o Racismo” e do Sindicato dos Professores, em suma, a união destes 20.000

trabalhadores e estudantes tornou o dia 30 de setembro num marco na luta anti-racista na Suécia. O RS tomou a iniciativa de liderar o protesto em direcção à concentração de nazis com as palavras de ordem “Nem ruas, nem praças para os nazis em Gotemburgo!”, sendo acompanhado por uma multidão crescente de milhares de pessoas.

PELA DEFESA DO DACA E DOS DIREITOS DE TODOS OS IMIGRANTES

Vítor Freitas

Administração Trump está perto de concluir o primeiro ano de mandato e acaba de mostrar as verdadeiras intenções políticas no que concerne à questão da imigração. Após dissimular uma aproximação às pretensões dos dreamers (jovens imigrantes que chegam ao país antes dos seus 16 anos e que são abrangidos pelo programa Lei de Desenvolvimento, Alívio e Educação para Menores Estrangeiros – Dream Act), com promessas de passar a legislação de protecção ao direito a residir no país, a administração Trump adopta uma doutrina de deportação aos detentores do visto DACA – Deferred Action for Childhood Arrivals. Este programa, que surge interligado com o impasse legislativo relacionado com o Dream Act, e efectivado devido à pressão mediática e à acção directa de movimentos de jovens indocumentados e dos seus apoian-

tes, tem como objectivo conceder autorização temporária de residência e trabalho a quem entrou no país de forma ilegal como menor. Esta é uma óbvia aproximação com os ideais da extrema-direita americana, e à delegação de responsabilidades do insucesso da economia e da taxa de desemprego aos titulares do DACA e a todos os imigrantes não legalizados.

As massas trabalhadoras

devem ser mobilizadas na luta pela preservação dos direitos adquiridos pelos imigrantes indocumentados, com a organização de lutas políticas, tais como: manifestações, elaboração de petições e, essencialmente, compreender a realidade e as dificuldades em que esta franja da sociedade americana vive actualmente. O objectivo do manifesto é tornar o DACA permanente, lutar con-

tra ameaça de deportação de todos os trabalhadores indocumentados, trabalhar para a legalização e para a obtenção dos direitos de cidadania para os imigrantes, e principalmente fomentar a união da luta em todas as questões pertinentes de modo a derrotar as políticas de direita, bem como perspectivar a queda da administração Trump.



Protesto contra o fim do programa DACA em Manhattan, 5 de Setembro 2017. Foto: Drew Angerer/Getty Images



Protesto "Handmaids" em frente ao parlamento irlandês, 20 de Setembro 2017. Foto: Gareth Chaney Collins

DIREITO AO ABORTO, A LUTA PELA EMANCIPAÇÃO E PELO SOCIALISMO

Katia Hancke | Socialist Party - CIT na Irlanda

O debate sobre o direito ao aborto tem progredido imenso durante os últimos cinco anos. Basta ver os debates que têm decorrido mesmo num ambiente tão conservador como o do Comité para a Emenda nº8¹ no Oireachtas², dominado como é pelos partidos do sistema, de direita e pró-vida. Testemunha após testemunha e especialista após especialista têm deixado claro aos políticos que não só a emenda nº8 impraticável, como também que qualquer alternativa que não garanta o pleno acesso ao aborto até às 12 semanas seria um piada insultuosa sobre a real situação.

As sondagens indicam sistematicamente que uma esmagadora maioria neste país suporta a revogação da Emenda nº8 e um alargamento significativo do acesso ao aborto. Isto é mais acentuado entre jovens e mulheres. Mas também está a permear o movimento de trabalhadores como um todo.

O papel das feministas socialistas

Activistas da ROSA e militantes do Partido Socialista³ têm desempenhado um papel

crucial neste debate. A imensa onda de raiva que se levantou após a morte de Savita⁴ indica que as atitudes mudaram fundamentalmente para melhor. Ainda assim, um sector do movimento pró-escolha agarra-se à ideia de que fazer pressão por pequenas concessões era a abordagem mais "sensata". Em contraste, a ROSA e o Partido Socialista têm-se baseado no que é necessário; popularizando a necessidade de revogar a Emenda nº8. Como feministas socialistas reconhecemos que só a luta de massas pode forçar o sistema a actuar e que se não exigirmos o que é necessário da forma mais firme e convicta, serão feitos os compromissos mais hediondos.

A luta pelo direito ao aborto é a expressão concreta de uma consciencialização mais ampla e da raiva para com a opressão a que este sistema nos submete.

Liberdade individual e capitalismo

O capitalismo oferece-nos um constante corrente de propaganda que afirma que a "liberdade" individual já foi alcançada – uma ideia abstracta de que a libertação social, de género e sexual é possível. Porém, no concreto, essa "liberdade" tem significados bem diferentes dependendo de que lado da barricada cada um se encontra.

4. Savita Halappanavar morreu em 2012 em Galway, Irlanda, após complicações com a gravidez. Foi-lhe negado o aborto que requereu quando se tornou claro que a gravidez apresentava sérios riscos.

Se fizeres parte dos 1%, dos ricos, (maioritariamente) brancos, homens da classe capitalista que dominam o sistema global a nível económico e ideológico, podes simplesmente comprar toda a "liberdade" pessoal que quiseres. Liberdade para os 1% só é possível através da exploração dos 99%.

A nossa sociedade é uma de liberdade capitalista, onde as pessoas têm que recorrer aos meios de comunicação social e divulgar histórias pessoais para tornar evidente que o assédio é algo recorrente; onde a educação sexual está tão desvirtuada da realidade dos jovens que não oferece qualquer espaço para discutir honestamente sexualidade e relações sexuais; onde existe ainda um tabu em relação a contraceptivos, que são difíceis de adquirir; onde pessoas LGBTQ não binárias são marginalizadas e forçadas

especuladores, para empregar todos produtivamente em vez de explorar desenfreadamente.

A sociedade socialista será uma sociedade que não se baseia na discriminação, seja ela económica, social, racial, de género ou sexual. Decisões tomadas colectivamente e o controlo sobre os recursos que geram segurança e estabilidade, permitem-nos a liberdade de decidir sobre as nossas próprias vidas. Quando a gestão da sociedade não se baseia mais na exploração, mas sim sob o princípio «de cada qual segundo a sua capacidade, a cada qual segundo as suas necessidades», criamos as bases para uma sociedade mais humana. Isto desafia fundamentalmente as relações de poder – não só na esfera pública mas também na esfera privada. Isto cria as bases para a realização

"A SOCIEDADE SOCIALISTA SERÁ UMA SOCIEDADE QUE NÃO SE BASEIA NA DISCRIMINAÇÃO, SEJA ELA ECONÓMICA, SOCIAL, RACIAL, DE GÉNERO OU SEXUAL."

a passar por um sistema educacional profundamente assente nos papéis de género.

Esta realidade afecta desproporcionalmente os mais vulneráveis – imigrantes, mães e pais solteiros, pessoas a viver na pobreza, a comunidade LGBTQ, mulheres presas em relações abusivas. Se queremos de facto atingir a verdadeira liberdade pessoal para todos, a nossa luta tem que ser feita sob uma perspectiva anticapitalista e socialista.

Liberdade e socialismo

A liberdade pessoal para os socialistas traduz-se na criação dos meios através dos quais as pessoas se suportam, de modo a encontrar o espaço e a confiança para expressarem o que realmente são, livres de preconceitos. Isto começa quando nos libertamos da exploração económica. Os meios existem para proporcionar segurança a todos – uma casa, um trabalho estável, um salário digno – mas isto requer tomar os meios de produção para que os recursos de que dispomos possam ser usados para construir casas para as pessoas, não para os

pessoal, o potencial de fazer parte de um colectivo que luta por uma sociedade orientada de acordo com as suas necessidades e não pela ganância.

Emancipação Humana e transformação socialista

Vale a pena lutar por este tipo de emancipação e liberdade pessoal. Mas isto envolve ligar a luta imediata pelo direito ao aborto e emancipação da mulher com uma luta mais ampla contra o capitalismo. Tomar o poder das elites, da classe capitalista, que têm interesse em manter o status quo.

A causa comum que une todos os oprimidos e a classe trabalhadora é a luta contra o sistema capitalista que nos impede de realizar o nosso potencial – pessoalmente e enquanto sociedade. Unidos conseguimos desafiar a lógica putrefacta deste sistema de desigualdades crescentes, mas isto requer que nos organizemos à volta de um programa que não só reivindica os direitos de diferentes vozes, como põe em xeque o sistema e potencia uma alternativa socialista.

1. Emenda na constituição irlandesa introduzida em 1983 que consagra a igualdade de direito entre mulher e feto. Não permite qualquer legislação que legalize o aborto, excepto em certas circunstâncias (como em caso de violação, gravidez de risco e malformação do feto).

2. Parlamento irlandês.

3. CIT Irlanda.

PARAR OS ATAQUES À EDUCAÇÃO PÚBLICA!



Minerva Martins

Segundo declarações oficiais, o actual plano para a Educação tem revertido o desinvestimento e a degradação das escolas e universidades. Mas para as famílias trabalhadoras e pobres, não existem dúvidas: o actual plano assenta na continuidade da austeridade aplicada à educação pública, na degradação das suas infraestruturas, no ataque às condições laborais dos docentes e não-docentes, no reforço de um ensino anti-democrático e desigual!

Continuidade da austeridade

A intervenção da Troika e o governo PSD/CDS significaram a diminuição violenta da despesa para a Educação de 8,1 mil milhões para cerca de 6,4 mil milhões de euros. Ainda assim, este valor é superior às despesas de 2016 e 2017 para o sector, e está acima dos menos de 6,2 mil milhões do Orçamento do Estado para 2018 (OE2018).

O que estes números significam é que as infraestruturas escolares são sujeitas a um processo de degradação que implicará um esforço cada vez maior de despesa para que se tornem espaços seguros e adaptados à aprendizagem. O encerramento da E. S. Alexandre Herculano, no Porto, devido à degradação do edifício, os protestos na escola EB2/3 de Vialonga, pela falta de condições nas salas, ou a queda de telhas no Liceu Camões, em Lisboa, são exemplos que demonstram a urgência de um aumento do financiamento para a educação.

A Federação Nacional dos Professores (FENPROF) denunciou esta redução de despesa, que ignora as reivindicações dos professores. O sindicato afirma que o OE2018 não permitirá o descongelamento das carreiras dos profissionais de educação e implicará um

processo de municipalização rejeitado pelos trabalhadores, de forma esmagadora, em referendo.

Tampouco se altera a situação de desgaste dos docentes, causada pela excessiva carga horária, falta de trabalhadores, precariedade, excesso de alunos por turma e pelo carác-

escolares. E dada a dependência do Estado relativamente a editoras e livrarias privadas, que já se queixam pelo atraso no pagamento, o governo está a recuar na promessa de extensão aos restantes ciclos.

Nós, estudantes e trabalhadores, não podemos esperar

“ESTE OE AGRIDE TODOS OS QUE TRABALHAM DIARIAMENTE PARA O SISTEMA PÚBLICO DE ENSINO FUNCIONAR!”

ter profundamente anti-democrático da gestão das escolas, centrada no director. Este OE agride todos os que trabalham diariamente para o sistema público de ensino funcionar!

Por uma educação democrática!

Uma das bandeiras erguidas pelo Bloco de Esquerda e Partido Comunista para justificar o seu apoio parlamentar ao PS é a conquista de manuais escolares gratuitos para o 1º ciclo e a sua futura extensão até ao 9º ano. Este ano, todos os alunos do 1º ciclo das escolas públicas puderam levantar os seus manuais gratuitamente.

No entanto, as famílias continuam a suportar os custos dos cadernos de actividades e restante material, e são ainda forçadas a assinar um contrato de devolução dos livros que prevê penalizações adicionais aos custos caso os critérios de bom-estado não sejam cumpridos... por crianças com 5 a 10 anos!

Esta esquerda, assim, abdica de denunciar a continuidade da desigualdade e de reivindicar um controlo democrático da produção e distribuição dos manuais

que as lideranças dos principais partidos de esquerda, que continuam a apoiar um governo de continuidade da austeridade, lutem por nós nas salas do parlamento. Apenas a nossa presença organizada nas escolas e na rua — exigindo a nacionalização das grandes editoras, o fim da precariedade e das privatizações, o aumento do orçamento público para a educação, a gestão democrática das escolas e universidades, o fim de todas as propinas e taxas — poderá al-

terar o rumo da Educação no sentido da democratização do conhecimento e da formação de qualidade para todas as crianças, jovens e famílias de classe trabalhadora e pobres.

O Sindicato de Estudantes é a organização capaz de avançar com este programa, unindo-o à classe trabalhadora pelo fim do sistema capitalista, que apenas nos garante precariedade, miséria e violência.

JUNTA-TE AO SINDICATO DE ESTUDANTES POR UM ENSINO DEMOCRÁTICO E UNIVERSAL!

